



## **RELATÓRIO E CONTAS** **2018**

- √ **Relatório de Gestão**
- √ **Contas**
- √ **Anexo às Demonstrações Financeiras**
- √ **Certificação Legal das Contas**

# **Relatório de Gestão**

## **Exercício de 2018**

## RELATÓRIO DE GESTÃO

### Exercício de 2018

Para dar cumprimento do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, a empresa **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.**, com o número de pessoa coletiva 505.100.436 com sede social no Largo de São João, Garden Shopping Center, loja 43, freguesia da Guarda (Guarda), concelho da Guarda, e com o capital social de 50.000,00€ (Cinquenta mil euros), com a atividade principal de corretagem de seguros vem por este meio apresentar o Relatório de Gestão e Contas do exercício económico findo a 31 de Dezembro de 2018, os quais expressam a sua situação financeira e resultados obtidos.

#### 1. Evolução da Conjuntura

##### Economia Nacional

Os últimos trimestres de 2018 tiraram algum ar ao otimismo sobre a evolução da economia portuguesa. As mais recentes previsões do Banco de Portugal são a última manifestação disso mesmo.

“Projeta-se que o produto interno bruto (PIB) cresça 1,8% em 2019, 1,7% em 2020 e 1,6% em 2021”, pode ler-se no Boletim Económico de dezembro. “Os valores para o horizonte 2018-19 implicam um crescimento ligeiramente inferior do PIB em 2018 e 2019 face às estimativas essencialmente devido a uma revisão em baixa do crescimento das exportações, que reflete a revisão das hipóteses relativas à evolução da procura externa e a incorporação da informação mais recente.”

Recorde-se que a previsão do governo também é 2,3%, enquanto instituições como FMI e a Comissão Europeia apontam para 2,2%. Caso se confirme um crescimento mais débil, isso pode ter também consequências para o ajustamento das contas públicas.

No médio prazo, estas previsões pintam um quadro que já conhecíamos: a economia nacional deverá perder gás nos próximos anos, afastando-se dos 2% e ficando progressivamente mais perto de 1%, que foi a média de crescimento observada nos oito anos antes da crise financeira.

O que está por trás desta desaceleração? “O abrandamento do PIB no horizonte 2018-21 reflete, em larga medida, um contributo progressivamente menor das exportações em termos líquidos de conteúdos

importados. O contributo da procura interna líquida de conteúdos importados para o crescimento do PIB também se deverá reduzir ligeiramente ao longo do horizonte de projeção”, pode ler-se no boletim económico do Banco de Portugal.

Ainda assim, o Banco de Portugal refere que “o enquadramento externo da economia portuguesa deverá permanecer relativamente favorável”, com o comércio internacional a crescer em linha com a atividade económica.

No que diz respeito ao emprego, o Banco de Portugal espera a taxa de desemprego continue a cair, mas a um ritmo mais moderado. Em 2021, ela deverá fixar-se em 5,3%, espera o banco.

Até previsões um pouco mais pessimistas incorporaram algum risco. Neste caso, a sua origem está essencialmente no “enquadramento externo”, podendo penalizar a atividade económica. Internamente, o investimento empresarial e as exportações continuarão a ganhar destaque, o que é consistente “com um perfil de crescimento mais sustentável da economia portuguesa”.

Embora alguns dos principais desafios que Portugal tem para enfrentar sejam comuns ao resto da Zona Euro, existem constrangimentos específicos da nossa economia. “Apesar dos progressos dos últimos anos ao nível do funcionamento dos mercados e da redução do endividamento dos diversos setores da economia, estes fatores deverão continuar a condicionar a evolução do investimento e da produtividade”, refere o Banco de Portugal. “O processo de redirecionamento dos recursos para setores mais expostos à concorrência internacional, por natureza mais permeáveis à inovação, deverá prosseguir, potenciando efeitos de composição favoráveis à evolução da produtividade total dos fatores.”

Por último, o envelhecimento da população portuguesa exige uma preocupação acrescida com o capital humano, de forma a preservar o dinamismo económico no futuro.

#### Análise do Sector

A produção de seguro direto em Portugal aumentou 11,7%, para 12.941 milhões de euros, em 2018 face a 2017, com o ramo Vida a crescer 14,5% e os ramos Não Vida 7,4%, divulgado pelo regulador setorial.

Em comunicado, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) considera estes resultados "muito positivos, na medida em que contribuem para o reforço da solidez financeira das empresas que operam no mercado nacional e evidenciam a capacidade do setor segurador em acompanhar a dinâmica de crescimento da economia e garantirem a solidez financeira".

No ano passado, o ramo Vida subiu 14,5%, sobretudo dinamizado pelos seguros de vida não ligados a fundos de investimentos (29,5%), já que os seguros ligados a fundos de investimento (em que o risco é do tomador do seguro) voltaram a registar um decréscimo (19,2%).

"Salienta-se em particular a evolução registada nos planos de poupança reforma, que apresentaram um crescimento de 55,5%, o que representa um aumento de 11,3 pontos percentuais no seu peso (42,9% em 2018 e 31,6% em 2017)", refere a ASF.

Segundo o regulador, a evolução destes produtos vocacionados para a poupança de médio e longo prazo "parecem confirmar a confiança que os portugueses depositam no setor segurador e de fundos de pensões para gerir as suas poupanças".

Em linha com o que vem acontecendo nos últimos anos, também os ramos Não Vida apresentaram um aumento da produção, de 7,4%, tendo o respetivo volume superado os 4,8 mil milhões de euros.

Para esta evolução destacam-se as contribuições dos ramos Acidentes e Doença (9,7%), Incêndio e Outros Danos (5,4%) e Automóvel (6,7%), sobressaindo no ramo Acidentes e Doença o crescimento de Acidentes de Trabalho, pelo 5.º ano consecutivo (13,5% em 2018), e a constante evolução no Seguro de Doença (7,4% em 2018), que em 2017 abrangia mais de 2,7 milhões de pessoas seguras.

Relativamente ao seguro de Acidentes de Trabalho, a ASF refere que o crescimento registado em 2018 "é especialmente relevante na medida em que permite a recondução desta modalidade de seguro à situação de equilíbrio técnico".

"Recorde-se que a situação registada nos seguros de acidentes de trabalho, em resultado da diminuição abrupta dos prémios em paralelo com um acréscimo de risco e da sinistralidade, obrigou a ASF a intervir intensificando as ações de supervisão e impondo planos de recuperação a alguns operadores", nota.

No ano passado, o regulador destaca também os "crescimentos significativos" nos seguros Automóvel (6,7%) e Incêndio e Outros Danos (5,4%).

Relativamente ao ramo Automóvel, considera que o crescimento registado em 2018 "evidencia uma recuperação relevante e necessária, tendo em conta a degradação do volume de prémios que se vinha observando nos últimos anos" e levou a ASF a "alertar formalmente os operadores para a necessidade de garantirem o equilíbrio técnico".

## 2. Evolução da atividade da empresa

No exercício de 2018 a Publisegur registou uma diminuição das prestações de serviços, passando de um valor global de 396.613€ em 2017 para 307.695€ em 2018.

O valor dos Fornecimentos e Serviços Externos diminuiu cerca de 12% e os gastos com pessoal aumentaram cerca de 28.220€ (+20% face ao ano anterior).

O resultado líquido do exercício de 2018 cifrou-se em 5.837 € (em 2017 foi de 85.213€).

## 3. Análise Económica e Financeira da Empresa

No exercício de 2018 o resultado líquido é positivo em 5.837€.

A empresa melhorou os Capitais Próprios e por conseguinte a sua Autonomia Financeira.

Rubrica	2018	2017	Variação	% Variação
Resultados Líquidos	5.837	85.213	-79.376	-93,15%
Capitais Próprios	201.098	195.261	5.837	2,99%
Total do Ativo	396.678	453.845	-57.167	-12,60%
Total do Passivo	195.580	258.583	-63.003	-24,36%
<b>Autonomia Financeira</b>	<b>50,7%</b>	<b>43,0%</b>		

## 4. Evolução Previsível da Atividade

Na esperança que não venham a ocorrer condicionalidades externas, tem a Publisegur razões para esperar um exercício de 2019 na linha de orientação do que tem vindo a apresentar, continuando a dedicar especial atenção à qualidade de serviços prestados aos clientes e na formação dos colaboradores.

É proposto pela Gerência da Empresa que o resultado líquido do exercício de 2018, o qual se cifrou em 5.836,80€, seja aplicado do seguinte modo:

- Resultados transitados: 5.836,80€

## 6. Notas Finais

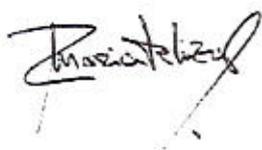
A gerência da Publisegur, acrescenta ainda uma palavra de agradecimento por toda a confiança manifestada pelos órgãos sociais, e pela cooperação de todos os colaboradores, clientes, instituições bancárias, fornecedores e das demais entidades que com ela se relacionaram.

## 7. Por fim, declara ainda que:

1. A empresa não é devedora quer ao Estado quer à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro e no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo).
2. Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.
3. Não existem quotas próprias detidas pela empresa.
4. A empresa dispõe de três sucursais.
5. Não houve quaisquer autorizações concedidas nem se praticaram negócios entre a sociedade e a sua gerência.

Guarda, 12 de Abril de 2019

A Gerência,



# Contas

## Exercício de 2018

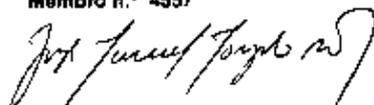
# PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2018

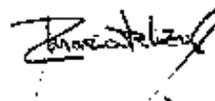
Unidade Monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2018	31-12-2017
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	8/9	232.206,22	241.061,40
Activos intangíveis	7	590,32	1.946,55
Outros investimentos financeiros		750,00	750,00
		<b>233.546,54</b>	<b>243.757,95</b>
<b>Activo Corrente</b>			
Clientes	14	13.391,39	27.290,78
Estado e outros entes públicos	17	14.764,40	0,00
Outros créditos a receber	14	14.186,34	7.093,17
Diferimentos	14 / 17	1.830,53	1.712,51
Outros investimentos financeiros	4	25.000,00	25.000,00
Caixa e depósitos bancários	4	93.958,72	148.990,19
		<b>163.131,38</b>	<b>210.086,65</b>
<b>Total do activo</b>		<b>396.677,92</b>	<b>453.844,60</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	14	50.000,00	50.000,00
Reservas legais		10.000,00	10.000,00
Resultados transferidos		135.261,11	50.048,59
		<b>195.261,11</b>	<b>110.048,59</b>
Resultado líquido do período		5.836,80	85.212,52
<b>Total do capital próprio</b>		<b>201.097,91</b>	<b>195.261,11</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	9/14	149.647,49	163.894,86
		<b>149.647,49</b>	<b>163.894,86</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14	4.967,19	28.996,69
Estado e outros entes públicos	17	1.205,01	21.235,19
Financiamentos obtidos	9/14	13.707,92	22.080,43
Outras dívidas a pagar	14	26.052,40	22.376,32
		<b>45.932,52</b>	<b>94.688,63</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>195.580,01</b>	<b>268.583,49</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>396.677,92</b>	<b>453.844,60</b>

O Contabilista Certificado  
Membro n.º 4557



A Gerência



# **Anexo às Demonstrações Financeiras**

## **Exercício de 2018**

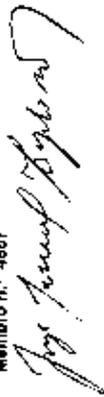
# PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

Demonstração individual dos resultados por naturezas  
Período findo em 31 de Dezembro de 2018

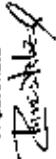
Unidade Monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2018	31-12-2017
Vendas e serviços prestados	11	307.694,69	396.613,12
Subsídios à exploração		463,21	863,18
Fornecimentos e serviços externos	17	(105.091,14)	(118.092,36)
Gastos com o pessoal	15	(171.914,35)	(143.694,74)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)	7/10	(1.368,23)	(6.182,81)
Outros rendimentos	17	2.781,87	4.667,07
Outros gastos	17	(4.969,65)	(6.207,12)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>		<b>27.628,40</b>	<b>127.996,32</b>
Gastoreversões da depreciação e de amortização	6	(11.445,16)	(12.466,41)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>16.183,24</b>	<b>115.499,91</b>
Juros e gastos similares suportados	14	(7.889,30)	(7.521,01)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>8.293,94</b>	<b>107.978,90</b>
Imposto sobre o rendimento do período	13	(2.467,14)	(22.766,36)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>5.826,80</b>	<b>85.212,52</b>

O Contabilista Certificado  
Membro n.º 4567



A Gerência





# PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

Demonstração individual de fluxos de caixa

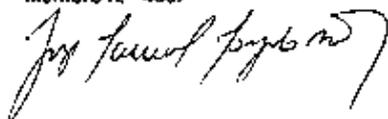
Período findo em 31 de Dezembro de 2018

Unidade Monetária: euros

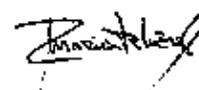
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2018	31-12-2017
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		321.594,08	397.912,09
Pagamentos a fornecedores		(129.110,64)	(94.352,19)
Pagamentos ao pessoal		(171.914,35)	(143.694,74)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>20.569,09</b>	<b>159.865,16</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.457,14)	(22.766,38)
Outros recebimentos/pagamentos		(40.044,26)	(6.716,93)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>(21.932,31)</b>	<b>130.381,85</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(2.589,98)	(1.893,00)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>(2.589,98)</b>	<b>(1.893,00)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(22.619,88)	(24.211,02)
Juros e gastos similares		(7.889,30)	(7.521,01)
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>(30.509,18)</b>	<b>(31.732,03)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>(55.031,47)</b>	<b>96.756,82</b>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		148.990,19	52.233,37
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.1	93.958,72	148.990,19

O Contabilista Certificado

Membro n.º 4557



A Gerência



**ANEXO**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

**1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO:**

**1.1 Designação da Entidade:**

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

**1.2 Sede:**

Sediada no Largo de São João, Centro Comercial Garden, Loja 43, freguesia da Guarda.

**1.3 Natureza da atividade:**

Tem como objeto social a mediação de seguros (C.A.E. 66220-R3) e número de pessoa coletiva 505.100.436.

**1.4 Designação e sede da empresa-mãe final:**

Mistelíder, S.A.

Lg. S. João Garden Shopping Center Lj 21 6300-752 Guarda

**2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2.1 As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, tendo assim sido adotadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

**2.2 *Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.***

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta da empresa. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

**2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.**

As demonstrações financeiras do exercício de 2018 são comparáveis na sua plenitude com as do exercício de 2017.

### **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

#### **3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

##### **a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

##### **b) Ativos Intangíveis**

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Tais ativos correspondem a carteiras de seguros adquiridas nos termos do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 144/2006 com vidas úteis indefinidas, uma vez que não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem fluxos de caixa líquidos para a entidade.

Anualmente são efetuados testes de imparidade, comparando a quantia recuperável com a quantia escriturada.

Fiscalmente e na sequência de despacho da Senhora Diretora de Serviços de IRC de 07/02/2012, foi autorizada a sua dedutibilidade.

##### **c) Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzidos das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Fiscalmente, as depreciações estão enquadradas nas taxas máximas permitidas pelo Decreto Regulamentar nº 25/2009.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

**d) Locação Financeira** – Encontra-se registado em Ativos Fixos Tangíveis um imóvel adquirido em exercícios anteriores com recurso a locação financeira, encontrando-se a dívida à Sociedade Financeira registada no Passivo, em Financiamentos obtidos, pelo respetivo custo de aquisição. Mensalmente, ao efetuar-se o pagamento das rendas, evidencia-se quer o montante do capital amortizado quer o juro.

**e) Acréscimos e Diferimentos** - A Empresa regista nestas rubricas, de acordo com o princípio do acréscimo, as despesas e as receitas imputáveis ao presente exercício que apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde.

**f) Rédito**

O rédito é proveniente das prestações de serviços e é integralmente referente à obtenção de comissões de seguros decorrentes da atividade exercida, sendo reconhecido pelo justo valor do montante a receber.

**g) Impostos sobre o rendimento**

A estimativa de IRC é apurada de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta o previsto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

## h) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

### Clientes e outras contas a receber

Os movimentos com clientes e outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

### Outras dívidas a terceiros e Sócios

As contas de outros terceiros e sócios encontram-se mensuradas pelo método do custo.

### Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro nominal são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos não correntes quando a empresa tem o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato. Nos restantes casos são contabilizados em passivos correntes.

Os financiamentos referem-se a empréstimo efetuado pelos sócios à empresa e dívida referente a contrato de locação financeira.

### Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar» e «Diferimentos».

### Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em depósitos bancários, imediatamente realizáveis.

**i) Benefícios de empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, ajudas de custo, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Gerência.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

**j) Eventos subsequentes**

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

**3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes:**

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto nas NCRF. Em cada Balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

**3.3 Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:**

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

**3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte:**

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a empresa intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

### 3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

## 4. Fluxos de caixa

### 4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Rubrica	2018	2017
Caixa	619	316
Depósitos à Ordem	93 340	148 674
Outros investimentos financeiros	25 000	25 000
<b>Total</b>	<b>118 959</b>	<b>173 990</b>

Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método direto (método obrigatório), o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da empresa.

## 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedeu a qualquer correção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2017, de acordo com a NCRF 4.

## 6. PARTES RELACIONADAS

### 6.1 Remunerações do Pessoal Chave da Gestão

A gerência da sociedade não é remunerada.

### 6.2 Saldos com partes relacionadas:

Rubrica	Saldo 31-12-2018	Nat.	Saldo 31-12-2017	Nat.
26 - Sócios	14.186	Devedor	7.093	Devedor
25 - Financiamentos de Sócios	85.027	Credor	87.011	Credor
21/22 - Interglobal	1.207	Credor	5.311	Devedor

## 7. ATIVOS INTANGÍVEIS

### 7.1 Divulgações sobre ativos intangíveis

#### a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

*Quantia escriturada de cada ativo intangível avaliado como tendo uma vida útil indefinida e razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida:*

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

Tal como mencionado no ponto 3.1 b), a integralidade dos ativos intangíveis corresponde a carteiras de seguros adquiridas nos termos do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 144/2006, com vidas úteis indefinidas, uma vez que não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem fluxos de caixa líquidos para a entidade.

Em 31-12-2018 foram efetuados testes de imparidade, comparando a quantia recuperável com a quantia escriturada.

Tais testes consistiram na análise objetiva ao valor recuperável dos ativos subjacentes, subtraindo-se ao valor escriturado o montante proporcional de apólices canceladas.

Conforme Ofício n.º 3360 de 16-02-2012 enviado pela Direção de Serviços do Imposto sobre O Rendimento das Pessoas Coletivas à empresa, estas imparidades têm aceitação fiscal.

#### b) Quantia bruta escriturada e qualquer imparidade acumulada no começo e fim do período:

Rubricas	Situação Final (31-12-2018)			Situação Final (31-12-2017)		
	Quantia Bruta	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Carteiras de Seguros	205.296 €	204.706 €	590 €	205.296 €	203.350 €	1.947 €
<b>Total</b>	<b>205.296 €</b>	<b>204.706 €</b>	<b>590 €</b>	<b>205.296 €</b>	<b>203.350 €</b>	<b>1.947 €</b>

#### c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Revalorizações	Alienações	Amortizações	Perdas imparidade	Saldo Final
Carteiras de seguros	1.947 €	0 €	0 €	0 €	0 €	1.356 €	590 €
<b>Total</b>	<b>1.947 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>1.356 €</b>	<b>590 €</b>

**7.3. Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.**

Não existem compromissos contratuais para a aquisição de ativos intangíveis. As carteiras de seguros adquiridas em anos anteriores encontram-se totalmente pagas.

**8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS****8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis****a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros.

**b) Métodos de depreciação usados:**

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

**c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:**

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada, enquadrando-se nas taxas máximas constantes do Decreto Regulamentar n.º 25/2009:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento administrativo	3 a 8

**d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:**

Rubricas	Situação Final(31-12-2018)			Situação Final(31-12-2017)		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Edifícios e outras construções	258.636 €	45.384 €	213.252 €	258.636 €	40.211 €	218.425 €
Equipamento básico	32.787 €	22.391 €	10.395 €	32.787 €	18.810 €	13.957 €
Equipamento de transporte	42.795 €	42.795 €	0 €	42.795 €	42.795 €	0 €
Equipamento administrativo	37.520 €	28.961 €	8.559 €	34.910 €	26.250 €	8.680 €
Investimentos em Curso	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
<b>Total</b>	<b>371.737 €</b>	<b>139.531 €</b>	<b>232.206 €</b>	<b>369.147 €</b>	<b>128.086 €</b>	<b>241.061 €</b>

c) **Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:**

Rubricas	Saldo Inicial	Adições	Revalorizações	Alienações/Abatos	Depreciações	Perdas Imparidade	Saldo Final
Edifícios e outras construções	218.425 €				5.173 €		213.252 €
Equipamento básico	13.957 €				3.562 €		10.395 €
Equipamento de transporte	0 €						0 €
Equipamento administrativo	8.680 €	2.590 €			2.711 €		8.559 €
Investimentos em Curso	0 €						0 €
<b>Total</b>	<b>241.061 €</b>	<b>2.590 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>11.645 €</b>	<b>0 €</b>	<b>232.206 €</b>

## 8.2 Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis:

Em anos anteriores foram adquiridas com recurso a locação financeira as frações autónomas designadas pelas letras “TCA” e “UAC”, ambas na 1ª Cave – Zona CA, loja 43 e 44, respetivamente, do prédio urbano sito no largo de São João, Blocos A, B, C, D (Centro Comercial Garden - Guarda) sendo portanto a sociedade locadora a legitima possuidora dos imóveis.

Foi também adquirida com recurso a locação financeira a fração autónoma UCB, referente a uma loja no rés-do-chão do prédio urbano sito no largo de São João, Blocos A, B, C, D (Centro Comercial Garden - Guarda) sendo portanto a sociedade locadora a legitima possuidora dos imóveis.

## 9. LOCAÇÕES

a) **Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:**

Designação do Bem	Activo Bruto	Amortização Exercício	Amortizações Exercícios Anteriores	Activo Líquido
Fracções TCA e UAC - lojas 43 e 44 - CC Garden (Guarda)	84.001	1.680,02	22.560	59.761
Fracção UCB - Lojas 21 - CC Garden (Guarda)	174.635	3.492,70	10.478	160.664
<b>TOTAL</b>	<b>258.636</b>	<b>5.173</b>	<b>33.038</b>	<b>220.425</b>

b) **Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente:**

Estima-se que as diferenças entre o total dos futuros pagamentos mínimos das locações financeiras no final do período e os seus valores presentes não sejam consideráveis, atendendo à taxa efetiva praticada nestes financiamentos.

c) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor nominal, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Valor data do balanço	Valor presente < 1 ano (2019)	Valor presente 1>5 <anos (2020 - 2024)	Valor presente > 5 anos (2025)
Contrato locação financeira BBVA	0 €		0 €	0 €
Contrato locação financeira CLF	70.829 €	6.208 €	31.040 €	33.581 €
<b>Total</b>	<b>70.829 €</b>	<b>6.208 €</b>	<b>31.040 €</b>	<b>33.581 €</b>

Em 31 de Dezembro de 2018, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Passivo corrente (ano 2019):	6.208 €
Passivo não corrente (ano 2020 e seguintes):	64.621 €

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela titularidade dos imóveis.

## 10. IMPARIDADE DE ACTIVOS

### 10.1 Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período:

No exercício de 2018 foram efetuados testes de imparidade aos ativos intangíveis resultantes das aquisições de carteiras de seguros relativamente às quais não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem fluxos de caixa líquidos para a entidade.

Rubricas	Depreciações e imparidades acumuladas			
	Saldo Final (31-12-2017)	Reforço	Reversão	Saldo Final (31-12-2018)
Carteiras de Seguros	203.350 €	1.356 €		204.706 €
<b>Total</b>	<b>203.350 €</b>	<b>1.356 €</b>	<b>0 €</b>	<b>204.706 €</b>

### 10.2 Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um ativo individual, ou para uma unidade geradora de caixa:

#### a) Acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento da perda por imparidade:

As perdas por imparidade reconhecidas resultam do teste anual efetuado à quantia recuperável dos ativos associados às carteiras de seguros adquiridas e com vidas úteis indefinidas.

O teste realizado assentou na determinação objetiva do valor de cada apólice (de cada carteira adquirida) cancelada no exercício de 2018.

**11. RÉDITO****11.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços**

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Rubricas	2018	2017	Varição	Varição %
Prestações de Serviços	307.695	396.613	-88.918	-22%

**12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO****12.1. Autorização para emissão:**

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão em 12 de Abril de 2019.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

**12.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.**

Não foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço.

**12.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.**

Não ocorrem acontecimentos após a data do balanço que tenham dado lugar a ajustamentos.

**13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO****13.1 Relacionamento entre gasto de impostos e lucro contabilístico:**

Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado contabilístico antes de impostos	8.294 €	107.979 €
Resultado tributável	8.689 €	21.526 €
Taxa de imposto (IRC)	17%	17%
Imposto estimado	1.477 €	21.526 €
Tributações autónomas	893 €	155 €
Derrama	87 €	1.086 €
Total de Imposto (IRC) do período	2.457 €	22.766 €
Taxa efectiva de imposto (IRC)	30%	21%

## 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

**14.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.**

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados pelo seu valor de custo.

**Categorias de ativos e passivos financeiros:**

**14.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.**

### 14.2.1 Clientes/Fornecedores/Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de clientes, fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar e pessoal apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	Situação em 31/12/2018			Situação em 31/12/2017		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
<b>Activos</b>						
Clientes	13.391 €	0 €	13.391 €	27.291 €	0 €	27.291 €
Outros créditos a receber	14.186 €	0 €	14.186 €	7.093 €	0 €	7.093 €
Estado e outros entes públicos	14.764 €	0 €	14.764 €	0 €	0 €	0 €
Diferimentos	1.831 €	0 €	1.831 €	1.713 €	0 €	1.713 €
<b>Total</b>	<b>44.173 €</b>	<b>0 €</b>	<b>44.173 €</b>	<b>36.096 €</b>	<b>0 €</b>	<b>36.096 €</b>
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	4.967 €	0 €	4.967 €	28.997 €	0 €	28.997 €
Estado e outros entes públicos	1.205 €	0 €	1.205 €	21.235 €	0 €	21.235 €
Outras dívidas a pagar	26.052 €	0 €	26.052 €	22.376 €	0 €	22.376 €
<b>Total</b>	<b>32.225 €</b>	<b>0 €</b>	<b>32.225 €</b>	<b>72.608 €</b>	<b>0 €</b>	<b>72.608 €</b>

### 14.2.2 Financiamentos obtidos

Modalidades de financiamento	Situação em 31/12/2018			Situação em 31/12/2017		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Empréstimos bancários	7.500 €	0 €	7.500 €	10.000 €	7.500 €	17.500 €
Locações financeiras	6.208 €	64.621 €	70.829 €	10.295 €	71.170 €	81.465 €
Empresa-mãe - suprimentos e outros mútuos	0,00	85.027 €	85.027 €	1.785,91	85.225 €	87.011 €
<b>Total</b>	<b>13.708 €</b>	<b>149.647 €</b>	<b>163.355 €</b>	<b>22.080 €</b>	<b>163.895 €</b>	<b>185.975 €</b>



**14.2.3 Instrumentos de Capital Próprio**

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, eram os seguintes os Instrumentos de capital próprio mensurado ao custo:

Rubrica	31-12-2018	31-12-2017
<b>Capital Próprio</b>		
Capital social realizado	50.000	50.000
<b>Total</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>

**14.3 Total de rendimento de juros e total de gasto de juros para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.**

Rubricas	Situação em 31/12/2018			Situação em 31/12/2017		
	Rendimento de juros	Gastos de juros	Diferença	Rendimento de juros	Gastos de juros	Diferença
Activos financeiros						
Depósitos Bancários			0 €			0 €
<b>Total do activo</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>
Passivos financeiros						
Financiamentos Obtidos		7.521 €	-7.521 €		7.521 €	-7.521 €
<b>Total do Passivo</b>	<b>0 €</b>	<b>7.521 €</b>	<b>-7.521 €</b>	<b>0 €</b>	<b>7.521 €</b>	<b>-7.521 €</b>

**14.4 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.**

O capital social no montante de 50.000 euros encontra-se integralmente realizado.

**14.5 Número de ações/quotas representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal.**

O capital social encontra-se dividido em três quotas de valor nominal de 7.500€, 7.500€ e 35.000€.

**14.6 Reconciliação, para cada classe de ações/quotas, entre o número de ações/quotas em circulação no início e no fim do período.**

O número de quotas não teve alteração do início até ao fim do período.

**14.7 Quantias de aumentos de capital realizado no período e a dedução efetuada como custos de emissão.**

No exercício de 2018 não houve qualquer aumento de capital social.

**15. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS**

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	31-12-2018	31-12-2017
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do Pessoal	145.053 €	120.042 €
Encargos sobre remunerações	26.111 €	20.494 €
Seguros de acidentes de trabalho	435 €	439 €
Outros gastos com o Pessoal	315 €	2.720 €
<b>Total</b>	<b>171.914 €</b>	<b>143.695 €</b>

O número médio de funcionários durante o período foi de 11 (9 no ano anterior).

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo de empregados e bem assim benefícios atribuídos a título de cessação de emprego.

**16. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS****16.1 Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais**

Dando cumprimento à alínea b) do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão Legal de Contas ascendem a 1.200 euros (sem IVA), não tendo sido faturados quaisquer outros serviços pela SROC, no ano de 2018. Em 31 de Dezembro a dívida de honorários ao Fiscal Único / SROC era de zero euros.

**17. OUTRAS INFORMAÇÕES****17.1 – Estado e outros entes públicos**

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2018			Situação em 31/12/2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Activos</b>						
Imposto sobre o rendimento	14.764 €		14.764 €	0 €	0 €	0 €
<b>Total do activo</b>	<b>14.764 €</b>	<b>0 €</b>	<b>14.764 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>
<b>Passivos</b>						
Imposto sobre o rendimento	0 €		0 €	18.959 €		18.959 €
Retenção de impostos s/ rendimento	1.182 €		1.182 €	2,163 €		2,163 €
Contribuições p/ Segurança Social	0 €		0 €	0 €		0 €
Outros impostos	23 €		23 €	113 €		113 €
<b>Total do passivo</b>	<b>1.205 €</b>	<b>0 €</b>	<b>1.205 €</b>	<b>21.235 €</b>	<b>0 €</b>	<b>21.235 €</b>

**17.2 - Diferimentos**

A conta de diferimentos engloba gastos com 1.831€ a serem reconhecidos na demonstração de resultados do período seguinte, de acordo com o princípio do acréscimo (especialização dos exercícios).

**17.3 – Outros gastos / Outros rendimentos**

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as rubricas da demonstração de resultados *Outros gastos* e *Outros rendimentos* e apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	31/12/2018	31/12/2017
<b>Outros gastos</b>		
Impostos	1.310 €	1.334 €
Correcções relativas a períodos anterior	174 €	0 €
Donativos	1.095 €	1.116 €
Quotizações	2.160 €	2.160 €
Outros não especificados	221 €	597 €
<b>Total</b>	<b>4.960 €</b>	<b>5.207 €</b>
<b>Outros rendimentos</b>		
Rendimentos suplementares		
Ganhos em inventários	0 €	4.563 €
Rendimentos em investimentos não finance	28 €	34 €
Outros não especificados	2.754 €	51 €
Outros investimentos financeiros	0 €	19 €
<b>Total</b>	<b>2.782 €</b>	<b>4.667 €</b>

**17.3 – Fornecimentos e Serviços Externos**

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as rubricas da demonstração de resultados *Fornecimentos e Serviços Externos* apresentavam a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2018	31/12/2017
Subcontratos	0	0
<b>Serviços Especializados</b>		
Trabalhos Especializados	9.818	13.664
Publicidade e Propaganda	1.974	1.081
Honorários	6.532	12.676
Conservação e Reparação	4.337	12.933
<b>Materiais</b>		
Ferramentas e ut. desg. rápido	3.139	573
Material de escritório	4.539	2.864
Artigos para oferta	308	298
<b>Energia e Fluidos</b>		
Electricidade	5.757	4.882
Combustíveis	7.713	6.564
Água	183	155
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>		
Deslocações e estadas	10.976	8.067
<b>Serviços diversos</b>		
Rendas e alugueres	29.412	32.482
Comunicação	8.187	7.888
Seguros	6.357	8.533
Contencioso e notariado	206	714
Limpeza, higiene e conforto	1.759	1.888
Outros Serviços	3.883	3.828
<b>Total</b>	<b>105.081</b>	<b>119.092</b>

## 18. RELATO FINANCEIRO DOS MEDIADORES DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

### 18.1 – Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações.

A Publisegur reconhece o rédito/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra no exercício da atividade de mediação de seguros, reconhece o rendimento pelo justo valor das quantias recebidas ou a receber proveniente das comissões das seguradoras.

### 18.2 – Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo.

Por Natureza	Remunerações	
	2018	2017
Numerário/Cheque/Transferência	294 304 €	369 322 €
Remunerações a receber	13 391 €	27 291 €
<b>TOTAL PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS</b>	<b>307 695 €</b>	<b>396 613 €</b>
Rendimentos em Espécie (Incentivos Comerciais)	0 €	0 €
<b>Total</b>	<b>307 695 €</b>	<b>396 613 €</b>

### 18.3 – Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por Ramo “Vida”, Fundos de Pensões e conjunto dos ramos “Não Vida”, e por origem.



Por entidade	Remunerações					
	Ramo Vida		Ramos Não Vida		Fundos de Pensões	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Empresas de Seguros	7 887 €	8 318 €	296 209 €	362 562 €		0 €
Outros Mediadores		0 €	3 598 €	25 733 €		0 €
Clientes		0 €		0 €		0 €
<b>TOTAL</b>	<b>7 887 €</b>	<b>8 318 €</b>	<b>299 807 €</b>	<b>388 295 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>

#### 18.4 – Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira.

Por entidade	Remunerações	
	2018	2017
Empresas de Seguros	99%	94%
Outros Mediadores	1%	1%
Clientes	0%	0%
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

18.5 – Valores das contas “clientes” no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros;

Em 31-12-2018 e 31-12-2017 os saldos da conta “clientes (seguradoras)” eram os seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Conta Clientes	13.391 €	27.291 €

#### 18.6 – Contas a receber e a pagar desagregadas por origem.

Por entidade	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2018	2017	2018	2017
Tomadores de seguro, segurados ou benef	0 €	0 €	0 €	0 €
Empresas de seguros	13 391 €	21 241 €	0 €	0 €
Empresas de Resseguros	0 €	0 €	0 €	0 €
Outros mediadores	0 €	6 050 €	0 €	0 €
Clientes	0 €	0 €	0 €	0 €
<b>TOTAL</b>	<b>13 391 €</b>	<b>27 291 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>

#### 18.7 – Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar.

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2018	2017	2018	2017
Fundos recebidos com vista serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	13 391 €	27 291 €	0 €	0 €
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	0 €	0 €	0 €	0 €
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros	0 €	0 €	0 €	0 €
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar		0 €	0 €	0 €
<b>Outras quantias:</b>		0 €	0 €	0 €
Diferimentos	1 831 €	1 713 €	0 €	0 €
Remunerações a Liquidar		0 €	0 €	0 €
Aquisição de carteira de seguros		0 €	0 €	0 €
Outros não relacionados com seguros		0 €	0 €	0 €
Acréscimo de gastos		0 €	26 052 €	22 376 €
<b>TOTAL</b>	<b>15 222 €</b>	<b>29 004 €</b>	<b>26 052 €</b>	<b>22 376 €</b>

### 18.8 – Idade das contas a receber vencidas à data de relato (final de exercício).

Contas a receber	Até 8 dias		Até 15 dias		Até 30 dias	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Sem imparidade	0 €	0 €	0 €	0 €	13 391 €	27 291 €
Com imparidade	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
<b>TOTAL</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>13 391 €</b>	<b>27 291 €</b>

### 18.9 – Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito.

Não Aplicável.

### 18.10 – Transmissões de carteiras de seguros.

Carteira de Seguros			
Transmissões recebidas		Transmissões efectuadas	
2018	2017	2018	2017
-	-	-	-

### 18.11 – Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela.

Contratos de mediação de seguros cessados	Indemnizações de Clientela	
	2018	2017
	-	-

### 18.12 – Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes.

Obrigações Materiais	Obrigações Materiais	
	2018	2017
	-	-

18.13 – Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações.

Remunerações				
Cód. ASF	Segurador	Vida	Não Vida	Total
1197	Seguradoras Unidas, S.A.	724,98 €	119 369 €	120 094 €
1010	Liberty, S.A.	2 383,47 €	60 742 €	63 125 €
1011	Fidelidade Mundial S.A.	1 092,84 €	58 815 €	59 908 €
1026	Lusitânia, S.A.		23 299 €	23 299 €
	<b>Total</b>	<b>4 201 €</b>	<b>262 225 €</b>	<b>266 426 €</b>

18.14 – Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome.

Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros em relação aos quais o corretor não tem poderes de cobrança	Valor total dos fundos	
	2018	2017
	0,00 €	0,00 €

18.15 – Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe foram outorgados poderes de cobrança.

Transferência de valores (prémios) para entrega aos resseguradores em relação aos quais o mediador de resseguros não tem poderes de cobrança	Valor dos fundos	
	2018	2017
	0,00 €	0,00 €

18.16 – Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao

mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas.

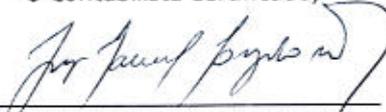
Transferência de valores (prémios) para entrega aos às empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas	Valor total dos fundos	
	2018	2017
	0,00 €	0,00 €

18.17 – Apresenta-se em seguida o valor das remunerações auferidas por segurador e segregadas entre os ramos Vida e Não Vida, no exercício de 2018.

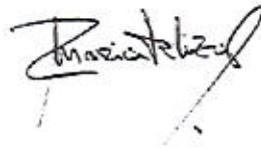
Cód. ASF	Segurador	Vida	Não Vida	Total
1197	Seguradoras Unidas, S.A.	725 €	119.369 €	120.094 €
1010	Liberty, S.A.	2.383 €	60.742 €	63.125 €
1011	Fidelidade Mundial S.A.	1.093 €	58.815 €	59.908 €
1026	Lusitânia, S.A.		23.299 €	23.299 €
1194	Generali, S.A.		9.190 €	9.190 €
1028	Allianz Portugal, S.A.		9.232 €	9.232 €
1129	Ageas Portugal, S.A.		6.645 €	6.645 €
1173	Chubb - Sucursal em Portugal		5.403 €	5.403 €
1021	Generali Vida, S.A.	1.693 €		1.693 €
1160	Victória Seguros, S.A.		1.810 €	1.810 €
1029	Real Vida, S.A.		505 €	505 €
1184	Zurich, S.A.		129 €	129 €
1188	Metlife Europe	1.060 €		1.060 €
1085	Aig - Sucursal em Portugal		704 €	704 €
1145	Mapfre Seguros, S.A.		141 €	141 €
1025	Lusitânia Vida, S.A.	323 €		323 €
1039	Ageas Vida, S.A.	597 €		597 €
1096	Victória Seguros Vida, S.A.	10 €		10 €
1133	Carvela, S.A.		40 €	40 €
1157	Arag, Se		38 €	38 €
1132	Zurich Vida, S.A.	3 €		3 €
4608	Mgen		147 €	147 €
9999	Outros		3.598 €	3.598 €
	<b>Total</b>	<b>7.887 €</b>	<b>299.807 €</b>	<b>307.695 €</b>

Guarda, 12 de Abril de 2019

O Contabilista Certificado,

  
 Jorge Manuel Morgado Bico  
 (C.C. nº 4557)

A Gerência,

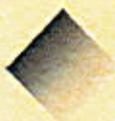


---

Isabel Maria Rabaço Felízio Costa

# Certificação Legal das Contas

## Exercício de 2018



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. n.º 176

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

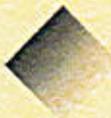
Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 396.678 euros e um total de capital próprio de 201.098 euros, incluindo um resultado líquido de 5.837 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA** em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

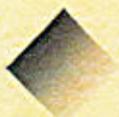


SEDE

NIPC: 505 261 896 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



SEDE

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Guarda, 15 de Abril de 2019

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,  
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.  
representada por

  
Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780,  
registado na CMVM com o n.º 20160413